

NOVAS COMPETÊNCIAS PARA OS ATORES DO DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA¹

*Christophe Albaladejo*²

*Aquiles Simões*³

*Iran Veiga*⁴

*Jean-François Baré*⁵

RESUMO

Este artigo baseia-se na experiência do Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar (Neaf), da Universidade Federal do Pará, que comporta ou apóia quatro tipos de formação: mestrado, graduação em Agronomia e licenciatura em Ciências Agrárias, capacitação de agentes de desenvolvimento e apoio ao ensino médio agropecuário. Em face das grandes mudanças nas políticas públicas e dos avanços obtidos pelas pesquisas sobre o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, este artigo questiona o desenvolvimento de novas competências entre os atores do desenvolvimento rural e, particularmente, entre os profissionais das instituições (públicas ou privadas) que trabalham com assistência técnica e extensão rural. Esses diferentes tipos de formação são considerados aqui como um dispositivo de pesquisa sobre as competências e a organização de conhecimentos com vista à ação. Em suma, procurou-se mostrar a necessária construção de novas identidades profissionais por parte dos atores do desenvolvimento rural.

Termos para indexação: competências, agricultura familiar, desenvolvimento local, engenheiro agrônomo, desenvolvimento rural, formação, pesquisa-ação.

¹ Artigo originalmente publicado com o título *De nouvelles compétences pour les cadres du développement rural en Amazonie*, no periódico *Cahiers d'études et de recherches francophones /Agricultures*. Volume 14, Numéro 1, 116-20, janvier-février 2005. Pesquisa realizada no âmbito do Programa Premer "Nouvelles compétences pour l'innovation localisée et le développement durable des territoires ruraux", apoiado pelo Ministère des Affaires Étrangères e pelo Ministère de la Jeunesse, de l'Éducation Nationale et de la Recherche (França). As pesquisas foram realizadas com o apoio da Universidade Federal do Pará / Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (UFPA/CAP/Neaf), da Unité de Recherche 102 do Institut de Recherche pour le Développement (IRD/UR 102), do Institut National de la Recherche Agronomique / Sciences pour l'Action et le Développement (Inra/Sad) e da Zone Atelier Amazonie, do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS).

² Geógrafo e engenheiro agrônomo, Doutor em Geografia, pesquisador do Institut National de la Recherche Agronomique/Sciences pour l'Action et le Développement (Inra/SAD), Unité de Recherche 102 (Intervention Publique, Espaces, Sociétés) do Institut de Recherche pour le Développement (IRD), Maison des Suds, 12, Esplanade des Antilles, 33607 Pessac cedex France. albalade@wanadoo.fr; albalade@uns.edu.ar

C. Albaladejo et al.

DE NOUVELLES COMPÉTENCES POUR LES CADRES DU DÉVELOPPEMENT RURAL EN AMAZONIE

RÉSUMÉ

Cet article repose sur l'expérience du Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar (Neaf) de la Universidade Federal do Pará, qui comporte quatre types de formations: mastère, ingénieur, bac + 2 du Lycée Agricole de Castanhal, formation continue des agents de développement. Face à des changements importants dans les politiques publiques et aux avancées réalisées par les recherches menées sur le développement durable et l'agriculture familiale (en partie décrites ailleurs dans ce numéro), cet article s'interroge sur le développement de nouvelles compétences chez les acteurs du développement rural et plus particulièrement chez les techniciens et cadres des agences de développement (publiques ou privées). La formation initiale et continue est ici envisagée comme un dispositif de recherche sur les compétences et les agencements de connaissances en vue de l'action. En conclusion, il est montré la nécessaire construction de nouvelles identités professionnelles de la part des cadres du développement rural.

Termes d'indexation: compétences, agriculture familiale, développement local, agronomes, développement rural, formation, recherche-action.

NEW SKILLS FOR RURAL DEVELOPMENT ACTORS IN THE AMAZON

ABSTRACT

This paper is based upon the experience of the Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar (Neaf) of the Universidade Federal do Pará which develops four

³ Engenheiro agrônomo, Mestre em Agriculturas Familiares Amazônicas, professor-pesquisador do Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará (Neaf/UFGA), doutorando da Université de Toulouse le Mirail, associado à Unité de Recherche 102 (Intervention Publique, Espaces, Sociétés) do Institut de Recherche pour le Développement (IRD), bolsista do Programa Alþan – European Union Programme of High Level Scholarships for Latin America. Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar (UFGA/CAP/Neaf), Campus do Guamá, Rua Augusto Corrêa, nº 1, 66075-900 Belém, PA. aquiles@ufpa.br

⁴ Engenheiro agrônomo, Doutor em Estudos Rurais, professor-pesquisador do Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará (UFGA/Neaf), Campus do Guamá, Rua Augusto Corrêa, nº 1, 66075-900 Belém, PA. iveiga@ufpa.br

⁵ Antropólogo, Doutor em Antropologia, pesquisador da Unité de Recherche 102 (Intervention Publique, Espaces, Sociétés) do Institut de Recherche pour le Développement (IRD), Maison des Suds, 12, Esplanade des Antilles, 33607 Pessac cedex France. jfbare@wanadoo.fr;jfbare@free.fr

types of training: master of science, agronomist, agricultural training at high schools and continuous training for extension agents. Considering the big changes at work in public policies and advances in research on sustainable development of smallholder production, this paper reflects upon the new skills needed in the work of development agents and particularly of agricultural extension agents (working in public or private institutions). These different types of training are considered here as research opportunity about those skills and about knowledge needed for development actions. In conclusion we discuss the necessary creation of new professional identities by these rural development actors. The new context of public policies in rural development in the Amazon since 1996 induced actually traditional responses like clientelism or paternalism, barely hidden behind new discourses about participation and citizenship. However, it also gave the opportunity of original responses – which we call discrete innovations – to emerge in the field and to be partially recognized or institutionalized. Recomposition of skills and identities of practitioners like agronomists should be articulated with these discrete innovations that research must detect and formalize.

Index terms: professional skills, family farming, local development, Agronomists rural development, training, action-research.

INTRODUÇÃO

O “desenvolvimento participativo” é uma moda que dura pelo menos 20 anos nas pesquisas realizadas com agricultores dos países em desenvolvimento. No entanto, nos últimos 10 anos, conjugado com as palavras de ordem da descentralização e do terceiro setor, o desenvolvimento participativo toma mais força nos discursos e disposições das novas políticas públicas voltadas às populações rurais. É o caso, no Brasil, do que certos autores denominam “pacto territorial” (ABRAMOVAY, 1999). A região sudeste do Pará (em torno de Marabá) aparece como um caso extremo, pois ela não havia sido beneficiada praticamente por nenhuma intervenção em prol da agricultura familiar até o fim dos anos 80. Embora essa região continue como uma área de fortes conflitos agrários, ela presenciou, desde o fim dos anos 80, a emergência da preocupação com o desenvolvimento rural por parte dos sindicatos de trabalhadores rurais e das organizações não-governamentais (ONGs). Apesar de a cidade de Marabá ter se habituado a assistir regularmente, na área do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), à instalação de acampamentos de agricultores que reclamavam seus direitos, essas manifestações atenuaram-se a partir de 1998, e certos líderes sindicais acabaram se aproximando

dessa instituição. Teria havido uma mudança qualitativa nas relações entre o Estado e esse campesinato? Essa mudança produz e/ou requer novas competências dos atores intermediários em contato com as populações rurais? Um programa de mais de 15 anos de cooperação universitária e científica entre o Brasil e a França permite fornecer respostas a essas interrogações.

EVOLUÇÃO DO CONTEXTO DO EXERCÍCIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMAZÔNIA

Nos anos 90, o Estado brasileiro começou a interessar-se pelo setor por ele denominado agricultura familiar. A instauração dos programas de crédito (Propera, Pronaf⁶) e de assistência técnica (Lumiar) é prova disso, bem como a constituição de um “segundo” Ministério da Agricultura – o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Somente no âmbito do Pronaf, 6 bilhões de reais foram emprestados entre 1995, data de sua criação, e 1999, para quase 2,4 milhões de famílias rurais (MATTEI, 2001).

O termo “agricultura familiar”, atualmente de uso corrente nos documentos e nos discursos oficiais, dos pesquisadores, das ONGs e até mesmo dos representantes dos agricultores, é uma criação administrativa. Ele resulta do movimento de burocratização da relação do Estado com os anteriormente qualificados de pequenos produtores ou camponeses. A definição oficial de agricultores familiares resulta de uma longa negociação entre o governo federal, os sindicatos e os bancos, cujos interesses em jogo foram descritos por certos autores (ABRAMOVAY, 1999).

Nos últimos 5 anos, surgiram, no sudeste do Pará (na região em torno de Marabá), novos atores do desenvolvimento rural, que atuavam diferentemente: as prestadoras de serviço de assistência técnica e extensão rural (Ater). Ao mesmo tempo, formou-se um verdadeiro ambiente social de técnicos do desenvolvimento rural, decorrente de numerosas contratações, por parte dessas prestadoras, de técnicos em agropecuária e de profissionais de nível superior.

Essas novas políticas repousavam sobre a hipótese implícita da existência, no local, de populações rurais democraticamente organizadas e aptas a

⁶ Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária e Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

negociar seu desenvolvimento entre si e com os atores externos. Porém, é evidente que essas condições não estão reunidas na região de Marabá (D'INCAO, 2000). De fato, esses novos dispositivos e procedimentos são passíveis de acomodar relações de clientela e dominação pessoal, ao mesmo tempo em que dão a aparência de uma implementação participativa das novas políticas. O investimento de vultosos recursos em desenvolvimento e a impressão de engajamento dada pelo Estado criaram um campo estratégico muito dinâmico. A concorrência entre prestadoras de serviço pode acirrar-se. Os discursos dos agentes de desenvolvimento que defendem a legitimidade do movimento sindical para favorecer as “boas” associações e os “bons” agricultores, mesmo que tenham embasamento para assim proceder, deixam margem a toda espécie de práticas arbitrárias e à consolidação de redes de influência e de fidelidade institucionalizadas. Do mesmo modo, a rapidez e a amplitude da criação de associações fora da rede sindical fazem duvidar que se trate unicamente de um movimento de democratização da vida política e associativa local. É mais razoável invocar uma articulação das novas políticas públicas com *habitus* sociopolíticos bem conhecidos dessas regiões de fronteira: a constituição de redes de clientela e sua manutenção à custa de recursos públicos (DUROUSSET, 2001).

A principal crítica feita por ONGs e sindicatos de trabalhadores rurais é, por seu turno, quanto à instrumentalização, pelo Estado, dos movimentos sociais. É verdade que o novo vocabulário, ou mesmo o novo referencial (FAURE, 1995) empregado pelos órgãos públicos (o da “participação”) deixa a impressão de delegação de responsabilidades e de fragmentação dos conflitos sociais, e, por conseguinte, mais de manipulação do que de cogestão. A municipalização do desenvolvimento e a criação dos CMDR⁷ são denunciadas como um simples reforço, acompanhado de um leve disfarce, do poder do prefeito. Enfim, a complexidade das regras das novas políticas e a multiplicação das instâncias de participação freqüentemente embaralham o jogo social. Os atores mais bem informados desejam se capacitar para melhor dominar as novas regras do desenvolvimento. Em contrapartida, para os outros atores, e sobretudo para os agricultores da base, tem-se a impressão de que esse maquinário político-institucional escapa totalmente ao seu entendimento e os marginaliza mais ainda da vida pública. Assiste-se, assim, ao reforço do poder

⁷ Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

dos intermediários capazes de dar aos outros uma decodificação (a própria) dessa complexidade burocrática.

É necessário matizar essa análise, pois se constatou igualmente um enriquecimento da vida associativa e política. As lutas e as frustrações expressas pelos atores, que se acostumaram a ser os únicos representantes dos interesses dos agricultores, são um indício desse enriquecimento. A renovação dos discursos, mesmo se ela é parcialmente uma nova roupagem para as antigas práticas, representa um real esforço de justificação e leva a novas retóricas, e até mesmo a novos raciocínios. Pode-se entender essas mudanças como um processo de “aprendizagem social” (RÖLING, 1998), ou, em outros termos, como um processo de transformação das percepções e dos comportamentos no sentido de um desenvolvimento negociado, ou mesmo concertado. É verdade que se trata de uma visão bastante otimista dos processos em curso, já que a fronteira amazônica conserva, no essencial, seu funcionamento baseado no clientelismo, no paternalismo e na violência. Mas há efetivamente, aqui e ali, aprendizagem de novas relações, sem dúvida porque agentes de desenvolvimento, agricultores e pesquisadores acreditaram num desenvolvimento participativo, considerado uma “utopia necessária” (ALBALADEJO, 2000). Essa diferença, que é necessário fazer quando se analisam os efeitos das novas políticas no meio rural, está na base da abordagem do Neaf⁸, que faz da formação dos atores do desenvolvimento um meio de ação e de pesquisa. A hipótese que embasa este trabalho é a do surgimento discreto de uma profissionalização dos ofícios do desenvolvimento, a qual requer e alimenta os programas de pesquisa-formação apoiados pela universidade.

A CONTRIBUIÇÃO DO NEAF AOS NOVOS OFÍCIOS DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO: A FORMAÇÃO VISTA COMO UMA FASE DE AÇÃO E PESQUISA

Na proposta de pesquisa do Neaf, a formação sempre ocupou um lugar central desde sua criação oficial, em 1994, mas também nas ONGs nascidas

⁸ Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar do Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará, que trabalha, na região sudeste do Pará, com uma ONG, o Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (Lasat).

da cooperação franco-brasileira que apoiaram sua criação: o Lasat⁹ em Marabá e o Laet¹⁰ em Altamira. O tema das “competências” mobilizadas nas ações de desenvolvimento surgiu inicialmente em 1995, no âmbito de um trabalho de pesquisa sobre a utilização de um centro de intercâmbios (o Centro de Convivência) entre pesquisadores das ciências agrárias e sociais e agricultores – líderes sindicais e agricultores da base. Esse tema foi reforçado seguidamente após 1997, pela participação ativa de membros do Neaf nas capacitações dos agentes de desenvolvimento do programa Lumiar e por uma profunda redefinição do contexto do desenvolvimento na região de Marabá, decorrente da aplicação da política do pacto territorial já discutida.

O mestrado do Neaf (sobre Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) é uma formação interdisciplinar e aberta aos profissionais da área de desenvolvimento que desejam se reciclar. Essa formação é interdisciplinar e baseada em ciências agrárias e humanas. Visa à aprendizagem de formas de cooperação e diálogo entre as ciências biotécnicas, a agronomia em particular e as ciências humanas. Não se trata, aqui, de confundir disciplinas, muito pelo contrário. Descobrimo outras disciplinas além das suas, no momento em que os estudantes são confrontados com a situação no campo, eles aprendem a melhor dominar as próprias disciplinas e a cooperar com outros profissionais, sem perder seus conhecimentos e métodos específicos, nem suas identidades.

É uma formação aberta aos profissionais do desenvolvimento. Com efeito, em todas as turmas há profissionais do desenvolvimento, às vezes com uma longa trajetória no serviço público, em ONGs ou em organizações sindicais ou militantes. O contato entre esses profissionais em busca de uma reflexão sobre suas práticas e jovens em início de carreira, recém-saídos da graduação, faz parte integrante dos métodos pedagógicos que favorecem o trabalho e a aprendizagem entre estudantes e a valorização da experiência adquirida na prática.

Contudo, o Neaf percebeu rapidamente que, para levar a cabo esse tipo de ensino de pós-graduação, era necessário intervir também no ensino de graduação, o que foi feito com a criação dos cursos de licenciatura em Ciências Agrárias e Agronomia. Tratava-se de uma experiência audaciosa que consis-

⁹ Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins.

¹⁰ Laboratório Agroecológico da Transamazônica.

tia em criar um novo perfil de um agrônomo especialista em questões de desenvolvimento rural. Com isso, não se pretendia limitar o acesso ao mestrado do Neaf a estudantes formados nessa linha, mas simplesmente habilitar um maior número de estudantes a uma prática de cooperação com outras disciplinas. Pôde-se constatar os efeitos positivos dessa estratégia a partir de 2001, quando estudantes formados na primeira turma de licenciados em Ciências Agrárias do Neaf entraram no mestrado. Os intercâmbios entre estudantes são ainda mais eficazes quando alguns já dominam conceitos e métodos para “ir ao encontro” de outras disciplinas.

REDEFINIÇÃO DO PAPEL E DA IDENTIDADE DO PROFISSIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO

Se, por um lado, as pesquisas participativas tendem a conduzir a uma mudança de paradigma – de uma atitude acadêmica clássica para uma perspectiva construtivista –, por outro, elas contribuem para instituir “um efeito de moda” em torno da participação e uma mobilização, sem distanciamento crítico, desses métodos, freqüentemente tomados como simples técnicas, ou mesmo receitas. É comum pesquisadores e agentes de desenvolvimento confundirem a utilização das metodologias baseadas na abordagem sistêmica – as quais associam, de maneira freqüentemente passiva, os agricultores às suas atividades – com procedimentos que se utilizam de métodos que comportam fases de participação ativa dos agricultores na pesquisa. Observou-se, atualmente, o surgimento de um movimento de pesquisadores e universitários que consideram necessário distinguir os esforços reais de construção de um diálogo de longo prazo com as organizações de agricultores (desde a negociação das demandas até a elaboração de políticas públicas, passando pelas ações de desenvolvimento no âmbito dos estabelecimentos agrícolas) dos tradicionais diagnósticos e experimentações fundados na coleta de informações recolhidas dos atores locais, que atualmente aparecem disfarçadas sob terminologias e retóricas de “pesquisas participativas”. É necessário então mobilizar as capacidades de análise crítica das ciências humanas para fazer os profissionais do desenvolvimento compreenderem que a participação na Amazônia passa pela experiência recíproca de uma parceria de longa duração entre pesquisadores e atores do mundo rural.

A parceria com grupos de agricultores organizados foi apontada (NORMAN, 1988) como um meio essencial para estabelecer interações entre pesquisadores e agricultores no processo de produção do conhecimento, formalizando o que Latour (LATOURE, 1994) chama de uma “comunidade ampliada de pares”. Nesse caso, as ações de pesquisa e desenvolvimento, ou melhor, as demandas de intervenção local, são o resultado de um processo de construção social, fruto de uma negociação entre os diversos atores implicados, evitando as armadilhas da abordagem fusional, da ingerência ou da confusão dos papéis (SCHMITZ, 2004). Mais de 15 anos de relações estreitas do Neaf (e, por conseguinte, do Lasat em Marabá e do Laet em Altamira) com diversas organizações de agricultores constituem importante base de experiências e de situações de estudo que os docentes-pesquisadores mobilizam na formação.

As pesquisas e o ensino do Neaf preconizam uma abordagem indutiva das realidades agrárias e das transformações dos métodos de desenvolvimento. Não se trata então, para a pesquisa, de inventar “a partir do zero” as competências e as modalidades de intervenção de desenvolvimento. O objetivo é, pelo contrário, aprender a observar as transformações em curso, compreender o sentido e localizar inovações que – mesmo discretas, frágeis e não numericamente representativas – indicam uma mudança de natureza na relação de desenvolvimento e, por conseguinte, nas relações do Estado e das populações rurais com o território. A pesquisa é feita com o objetivo de identificar e formalizar essas inovações discretas com métodos que associam os atores participantes às interpretações efetuadas inicialmente no âmbito singular das situações de ação (CHAIKLIN, 1996). Foi o caso, por exemplo, da produção de urucum na localidade de Lastância (sudeste do Pará). Esse arbusto é cultivado pelas populações rurais amazônicas em pequena quantidade, sobretudo para a obtenção de um corante para alimentos. Em Lastância, o urucum deu lugar a verdadeiras plantações, transformando-se numa cultura comercial graças à rede local de um agricultor evangélico. Alertada sobre essa inovação, a cooperativa de agricultores com a qual trabalha o Lasat acompanhou e apoiou essa experiência, a qual constitui, além disso, uma alternativa à criação de gado e é portadora de rica aprendizagem para os profissionais do desenvolvimento.

Essa abordagem das “aprendizagens situadas” e da capitalização de experiências transforma de fato as formações realizadas pelo Neaf num instrumento essencial de pesquisa e ação sobre as novas competências mobiliza-

das no exercício da relação de desenvolvimento. De fato, um grande número de candidatos às formações do Neaf é constituído de profissionais do desenvolvimento ou de atores já fortemente engajados nessas inovações discretas e em pesquisas sobre as próprias atividades. Este trabalho sobre a experiência dos sujeitos é incontornável, já que a aquisição de novas competências supõe aqui uma forte transformação das identidades profissionais forjadas durante 40 anos de desenvolvimento agrícola.

É, então, que se pode falar de capacidade local de proposição de políticas públicas. A ação construída pela experiência, que engloba a aprendizagem (e a emancipação das dominações e das identidades forjadas nos modelos anteriores de desenvolvimento), pode tornar-se um instrumento de concepção, e não apenas de aplicação local, das políticas públicas? Defronta-se, aqui, com a problemática de construção de novas competências em outro nível – o da relação entre a sociedade englobante e as sociedades rurais locais. Trata-se, para as agências de desenvolvimento, de compreender melhor o papel que elas podem desempenhar e o funcionamento das estruturas de decisão das políticas públicas.

Do ponto de vista da pesquisa, um desafio importante é enfrentar o pouco prestígio (que se pode interpretar como pouca legitimidade) das metodologias de pesquisa em parceria. Isso se deve, em parte, à utilização de abordagens qualitativas ou à escolha deliberada de objetos de estudo que têm sentido em diferentes mundos sociais, e não apenas na comunidade científica. Mesmo no entender dos estudantes e no das organizações de agricultores, que são os beneficiários dessas abordagens, essa escolha não corresponde à idéia que eles fazem da ciência.

CONCLUSÃO: UMA RECOMPOSIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE IDENTIDADES PROFISSIONAIS

Há autores que vêem no Pronaf um “ambiente institucional” (ABRAMOVAY, 1999) favorável, cujas conseqüências são ainda tímidas e parciais. Mas essa noção – que Abramovay toma emprestado de North (ABRAMOVAY, 1999), segundo a qual “as instituições na economia definem as regras do jogo e ‘moldam’ as interações sociais” – ignora o peso e a história do social, e não é de admirar que as práticas sociais que se impuseram no

espaço aberto pelas novas políticas públicas sejam as que correspondem antes de mais nada às instituições tradicionais da agricultura e do desenvolvimento, bem como aos hábitos de seus agentes. Não se transformam maciçamente as práticas sociais, em alguns anos, por uma simples voz de comando vinda de cima. É necessário reconhecer que esses novos dispositivos são também passíveis de dar mais espaço a práticas sociais sem dúvida discretas, mas fundamentalmente diferentes, portadoras de uma nova ruralidade, mais democrática, de um projeto de “território cidadão” susceptível – se for articulado a estruturas administrativas de desenvolvimento – de dar um conteúdo social e político local a essas políticas públicas. Será necessário tempo, sem dúvida, para poder detectar e qualificar essas inovações discretas, e muito trabalho de campo, além de um dispositivo de observatório para acompanhá-las e compreender seu alcance. Trata-se precisamente do tipo de objetivo coerente com um programa como o da Zone Atelier Amazonie, do qual os autores participam já há 3 anos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural : o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 1999. 49 p.

ALBALADEJO, C. O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária. In: HÉBETTE, J.; Silva Navegantes, R. da. (Ed.). **CAT**: ano décimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000. p. 173-214.

CHAIKLIN, S.; LAVE, J. (Ed.). **Understanding practice**: perspectives on activity and context. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 414.

D'INCAO, M. C. Clientelismo e democracia nas organizações dos agricultores familiares da Microrregião de Marabá. **Agricultura Familiar**, Belém, v. 1, n. 2, 75-92, 2000.

DUROUSSET, E. **À qui profitent les actions de développement?** La parole confisquée des petits paysans (Nordeste, Brésil). Paris: L'Harmattan, 2001. 177 p.

FAURE, A.; POLLET, G.; WARIN, P. **La construction du sens dans les politiques publiques**: débats autour de la notion de référentiel. Paris: L'Harmattan, 1995. 179 p.

C. Albaladejo et al.

LATOUR, B. Esquisse d'un parlement des choses. **Ecologie Politique**, Paris, v. 10, p. 97-115, 1994.

MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): concepção, abrangência e limites observados. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2001, Belém (PA), Brasil. **Anais...** Belém: SBSP:NEAF, 2001. 14p.

NORMAN, D.; BAKER, D.; HEINRICH, G. M.; WORMAN, F. Technology development and farmer groups :experiences from Botswana. **Experimental Agriculture**, New York, v. 24, p. 321-31, 1988.

RÖLING, N.; WAGEMAKERS, M. A. E. (Ed.). **Facilitating sustainable agriculture: participatory learning and adaptive management in times of environmental uncertainty**. New York: Cambridge University Press, 1998. p. 318.

SCHMITZ, H. Partnership as a special case of participation : an experience of cooperation among farmers, researchers and extensionists in Brazil. In: IFSA EUROPEAN SYMPOSIUM, 6., 2004, Vila Real (Portugal). **Proceedings...** Vila Real (Portugal): Utad, 2004. p. 573-84.